



Ata da 40ª Reunião do Conselho Municipal de Política Cultural

Aos 30 dias de Julho de 2019, às 17h, no Teatro Gregório de Mattos, equipamento administrado pela Fundação Gregório de Mattos (FGM), realizou-se a quadragésima nona reunião do Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC), cuja pauta continha os seguintes itens: 1) Informes; 1.1) Processo de habilitação e seleção do edital Arte Todo Dia; 1.2) Processo de habilitação e seleção do Edital Gregórios; 1.3) Programação 2019 do Patrimônio é...; 1.4) Documento do PMC com as incorporações da consulta pública enviado por e-mail; 2.) Pauta; 2.1) Revisão da comissão do Plano de Cultura; 2.2) Revisão da Comissão eleitoral após recomendação da FGM; 2.3) Palestra de José Márcio Barros sobre Conselhos de Cultura e Participação Social. Os Conselheiros Titulares presentes foram; Eliaide Matos Cardoso (Cabula/Tancredo Neves); Elismar Carvalho Lima (Audio Visual) Elias Pereira dos Santos (Culturas Identitárias e Inclusivas); Etenoel Santos da Cruz (Cultura Popular); Evandro Ramos dos Santos (Cidade Baixa); Isabela Fernanda Azevedo Silveira (Teatro); Eduardo Nascimento Matos (Circo); Jadson Santos do Nascimento (Cajazeiras); José Carlos Assunção Novaes (Literatura); Leonardo França de Jesus (Itapuã/Ipitanga); Leonardo Vicente Pereira (SEFAZ); Marcos Luís Silva Argolo (Música); Paulo Hermida Gonzalez (Casa Civil); Salete Batista Araújo Silva (Centro/Brotas) e Washington Luiz Lopes (Barra/Pituba). Os Conselheiros Suplentes que compareceram foram Ivam da Silva Almeida (Subúrbio/Ilhas); Uelinton Correia do Nascimento (Pau da Lima); Rita de Cássia Sales dos Santos (SMED) e Eliana Silva Pedroso (SECULT) na condição de titulares e Cristina Maria Alves de Jesus (Itapuã/Ipitanga). Isabela Silveira anunciou a palestra de José Márcio Barros, começando a reunião com pequeno atraso em relação ao horário previsto de 16:30 em função da palestra. Seguindo a comunicação, Viviane é convidada para falar sobre o processo de habilitação do Arte Todo dia e informa que foi encerrada e ocorreu a reunião de seleção, acompanhada pelo Conselheiro Ivan Almeida, na semana passada. Informa que o resultado final já foi publicado, que foram inscritas 387 propostas, habilitadas 231 e contempladas 30. O resultado publicado em diário oficial, sites e em redes sociais da FGM. Em seguida, Isabela solicita informes sobre a habilitação dos editais Gregórios, e as fachadas do Dois de Julho. Viviane informa que estes editais estão em processo de seleção e no início de agosto sairá o resultado final. Logo em seguida informa, que no Gregório foram 210 propostas inscritas e habilitadas 162. Viviane ainda ressalta que sobre a fiscalização desse edital, o fiscalizador não pode comparecer, por questões de calendário, portanto tendo que ocorrer uma questão de substituição, salienta Isabela. Ela ainda ressalta, que é importante sempre ter uma pessoa do conselho para fiscalizar os processos dos editais e que para não ter levantamento de questões como “carta marcada”, para

que esse tipo de percepção se reduza, é importante alguém do conselho, legitimando e acompanhando os editais. Continuando sua fala, Isabela enfatiza que essa função é uma presença de acompanhamento, que não é fazer parte da comissão, salienta. Viviane indica que a reunião será nos dias 1 e 2 de agosto, para quem tem interesse em se candidatar para acompanhar os editais e lembra que é sempre uma pessoa do conselho para fiscalizar e acompanhar os editais. Em seguida, Cacau se pronuncia justificando sua falta, pois tinha programado para outro evento na UFBA. Isabela lembra, que quem quer se candidatar seria importante se pronunciar e salientou a importância desse papel. Em sua fala, ela ressalta que quem é de territórios é importante participar, pois sobretudo, é quem está mais próximo da sociedade civil. Logo em seguida, Etenoel também sinaliza a importância desse acompanhamento, para saberem como é esse papel de um curador visitando o território, pediu para quem puder participar que por favor se pronunciasse, porém as pessoas se colocaram sem agenda e sem disponibilidade. Viviane informa que o calendário é com o primeiro dia um turno, e o segundo dia; os dois turnos, e que o ideal era cumprir os dois turnos. Logo em seguida, Ivan Almeida informa que tem disponibilidade de quinta a tarde e sexta o dia inteiro. Isabela pergunta mais uma vez quem tem disponibilidade em pelo menos um turno e então Ivan fica, com disponibilidade parcial. Seguindo a comunicação e informes, Viviane fala, sobre o O Patrimônio É.. edição 2019. A mesma explica, que a Fundação Gregório de Mattos desde o início do ano, traz toda a programação, temática de Educação Patrimonial da Fundação, informando que são rodas de conversas com especialistas dos setores e a comunidade também é convidada a participar. Divulga que no momento acontece o Patrimônio É.. com o tema: “Criança na Capoeira”, que em agosto o tema será: “A Expressão da Moda em Salvador”, em setembro o tema é: “Subúrbio Ferroviário Memória e Cultura”, no mês de outubro: “Feiras Espaços de Sociabilidades” e o tema de novembro é “Frontispício da Cidade, Paisagem no Tempo dentro do Salvador Memória Viva” e convida os conselheiros para participarem. Ainda em sua fala, convida os conselheiros a serem multiplicadores dessa ação que considera importante dentro do Planejamento Estratégico da Prefeitura e da Fundação para o Programa e para a Cidade. O Folder é então distribuído por Marília. Em seguida Isabela, segue a pauta e anuncia o documento do Plano Municipal de Cultura que irá rever nossas políticas culturais durante 10 anos. Ressalta que fora enviado 10 dias atrás por email e que precisa ser validado esse documento, com as ações concluídas, pois foi elaborado ao longo de um processo, observado o que vai ser alterado ou continuado a partir de discussões, reflexões e críticas. Enfatiza para que olhem esse documento e sua importância em reger nosso planejamento municipal de cultura por 10 anos. Evidencia que fora enviado por e-mail, esse documento, e que nele consta metas diretrizes, ações e o que fora alterado, que enviou para o conselho, para que nessa reunião, quem tiver alguma crítica ou sugestão se apresente que esse é o momento de validar para dar prosseguimento a esse processo. Em seguida, ainda

ressalta, que fora enviado já alguns dias e fez solicitação, inclusive que fizessem análise para trazerem considerações, críticas e dúvidas pois precisa validar esse documento para dar continuidade ao processo que é elaboração do orçamento e indicadores. Informa que no e-mail, constam metas, ações, conceitos que foram ou incluídos ou alterados. Salaria que fora feito um compilado, com as ações que foram alteradas ou incluídas para que todos tivessem conhecimento e pede que se alguém tem alguma dúvida ou crítica e sugestão que apresente, indicando a necessidade de validar pelo conselho. Informa ainda que, no total, foram incorporadas 23 ações a partir da consulta pública e alteradas 33 redações de ação que constam no documento, que foram feitas a revisão das 7 das 29 metas do Plano Municipal de Cultura. Em seguida, o presidente Etenoel pede que o conselho faça críticas e sugestões sobre esse documento e pergunta se alguém tem alguma dúvida. Seguindo os informes, Viviane comunica que o conselho teve participação tanto das respostas quanto das incorporações na Ufba e que junto a consultoria da administração foram feitas as reuniões de sistematizações da consulta pública. Ainda em sua fala, ressalta que foi enviado hoje o documento por e-mail com as respostas das sugestões e críticas da sociedade civil, e que estão todas respondidas, portanto será necessário validar para prosseguir, que é necessário validar para passar para próxima etapa. O presidente pergunta, se todos concordam e validam o documento e se alguém não recebeu. Então solicita que levantem a mão, considerando que a comissão participou na Ufba do processo. Ocorre que 15 pessoas levantam a mão. Portanto, finalizando a votação, Etenoel o presidente, verbaliza a validação por quorum, afirmando que o documento está validado. A reunião segue a pauta e Etenoel, anuncia a seguir, Katia Costa, que dará uma palavra. Ela registra o encerramento no processo de elaboração no plano de cultura e agradece a Fundação Gregório de Mattos e ao Conselho, as colegas presentes da Ufba, e a todos que participaram no processo de construção e salienta que tem as etapas de orçamento de recursos e monitoramento de uma comissão de gestão para esse plano e a importância da comissão do conselho e que agora vai para o prefeito e depois para o legislativo. Explica que o conselho, compõe a comissão do Plano e solicita que não se finde nessa reunião. Explica que existem duas etapas, o orçamento e depois o monitoramento com a composição de uma comissão para esse plano. Solicita que a agenda do plano não se afaste das reuniões do Conselho das etapas que virão e que se consolide com a equipe de monitoramento do plano. Informa que foi um processo muito rico com a FGM, foi contratada para 5 meses mas ficou para 1 ano e foi traçando caminhos importantes. Ainda em sua fala, sinaliza que cada tema foi a partir de diagnósticos e consulta com o conselho e sociedade civil. Katia ainda informa, que o plano não fechará todas as lacunas e necessidade, mas servirá para traçar estabeleça ações públicas para a cultura, ela chama atenção para alguns pontos; que o plano tem caráter territorial, ou seja importante estar olhando como está acontecendo os territórios, para as dinâmicas culturais e como contribuem para o crescimento. Salaria a intersectorialidade, cultura e diversidade, pois considera que esse item vem de todos os seguimentos e serve para entender

como eles se constituem como produzem e é potencializada em prol do desenvolvimento. E sinaliza também esse ponto que são as questões de povos de matriz africana, dentro dessa temática, que tem diferentes questões a serem observadas pelo conselho e pela sociedade civil. E por fim, ela diz como é importante fortalecer o conselho de política cultural nesse processo e de como é importante que mobilize a sociedade, que continue com as discussões e dialogar e divulgar o plano, numa perspectiva de que o plano venha a contribuir com a cultura. Para que de fato salvador tenha um planejamento na área da cultura, para ela não adianta ser uma cidade criativa, se não entende o papel de cultura, do que a gente quer como uma cidade desenvolvida. Katia parabeniza a mais uma vez a FGM, salienta a presença de José Júnior que veio fazer um trabalho muito bom e que se continue falando desse plano. Em seguida, Paulo Ermida agradece o trabalho de Katia, pelo empenho e seriedade dedicação que esses são elementos que não encontramos geralmente em consultores e agradece em nome do conselho e dizer que a utilização do plano só terá eficácia se forem utilizada se transformarem esse plano em instrumento de trabalho. Espera que tenhamos essa capacidade. Fala que com a eleição do conselho no segundo semestre é importante salientar que temos um norte e um plano de cultura. Agradece a equipe. Katia fala do ENECULT e fala que tem um simpósio no qual divulgarão alguns livros pelo Observatório que trás experiências sobre o Faz Cultura, com reflexões. Convida a todos para a Escola de Dança da UFBA. Em seguida, Etenoel pede palmas em agradecimento a Equipe do Plano Municipal de Cultura. Em sua fala, continuando para a revisão de comissão do plano municipal de cultura, Etenoel ressalta a questão do não comparecimento de maior parte do conselho, com a comissão. Viviane fala que agora é parte mais técnica da parte do plano e que então, agora segue a revisão da comissão, necessário a revisão para consolidar as próximas etapas. Na comunicação Etenoel ressalta que estamos em nova etapa e precisamos olhar esta comissão, que teve problemas durante o processo e um dos principais foi que vários membros não participaram das reuniões, pois é uma construção coletiva e que é preciso a participação do conselho, afirma que nessa nova etapa, é preciso saber se as pessoas podem estar e se querem estar (pediu que Viviane anotasse essa observação). Em seguida, Viviane Vergasta salienta que a parte agora é uma parte mais técnica, que já foi feito as oficinas e que passamos pela elaboração das ações das metas do plano, que isso está validado, que agora vai ser elaborado o orçamento do plano, que é a parte mais técnica da peça. Afirma que é necessário trazer para comissão, alguns membros do conselho que possa contribuir com a parte técnica dessa etapa, e retirar da comissão àqueles que não tiveram participação. Ela enfatiza o convite e convocação para alguns membros se aproximarem da comissão e possam ser nomeados para trabalharem junto da elaboração da peça orçamentária. Em seguida Paulo Hermida fala que esse modelo de comissão não está funcionando no geral, ressalta que não é só um problema no plano de cultura, mas em diversas comissões, questiona que se não tem um modelo de negócio



melhor do que o de comissão e afirma que fracassamos nesse quesito. Ainda pergunta se não há outra forma de viabilizar a participação do conselho. Coloca a proposta, mas afirma que não tem ideia do que fazer, pois salienta que esse modelo está falido. Em seguida Viviane Vergasta fala que precisamos formalizar as comissões, pois dentro dos conselhos, elas são as instâncias que constam no regimento e na legislação, indica que essas participações precisam se dar por meio das comissões. Na sua fala, o que a Fundação quer, é enxugar essa comissão e fazer esse contato individual para identificar as pessoas que tenham interesse e disponibilidade em ficar, sabendo que será uma comissão mais enxuta dessa vez. Ressalta que tem uma comissão formada por 24 membros (conselheiros e técnicos) e no geral participavam 12 ou 10 pessoas das reuniões e do processo como um todo, por isso ela fala que é necessário a identificação individual pra ver quem realmente quer e isso é através da comissão que é uma instância do regimento. Katia Costa sinaliza, que o que Paulo traz é importante e que seja no âmbito da comissão, pois essa fase agora é a fase de orçamentação do plano, então é fundamental que os integrantes entendam de orçamento, e que não adianta ocupar o espaço na comissão se não tiver esse perfil. Informa que o plano já está validado pelo conselho, nada vai ser mudado, agora ele vai para o executivo, e depois é depois. Ainda afirma que não precisa ser uma comissão de 20 pessoas, ela sugere 8 ou 10 no máximo, que já é muito, afirma que agora é trabalho duro, e que esse plano volta para conselho e todos terão conhecimento. Em seguida Isabela pergunta se alguém mais tem contribuição e então Eliade do território cabula, fala que quer saber qual a ferramenta “Computacional” que vai ser utilizado, se é excel ou algo mais avançado e salienta que só conhece sobre ferramentas de obra de “saneamento” porque em relação a isso, ela diz que não tem experiência. Em seguida Plutarco sinaliza que ela se refere a softwares ou programas. Viviane Vergasta responde que vai ser inserido as informações do documento do plano, na plataforma do ministério da cultura, que essa é a forma pois a faculdade de administração usa para fazer a elaboração, é um site, uma plataforma virtual, onde serão inseridas as informações, que esse documento vai ter uma visualização mais fácil e a partir daí, das informações desse site se insere os indicadores, cronograma e orçamento, plataforma virtual afirma. Em seguida Etenoel salienta, que a medida do possível olhar o SIGERF pra saber o orçamento dentro do padrão de orçamento da prefeitura e que isso é relevante. Logo após esse comentário, Viviane afirma que por isso precisa de técnicos e em seguida, Jose Carlos Novaes-Cacau Lopes do segmento literatura, pergunta qual o período que vai acontecer essa revisão, porque caso ele tenha disponibilidade, depois que vocês entrarem em contato com membros da comissão, ele quer saber em que período vai ocorrer a revisão do plano de cultura salienta. Então Viviane fala, que pretendemos concluir essa etapa nos próximos 2 meses, agosto e setembro e que as reuniões ainda não tem data marcada, que precisa fechar e ver

quem tem interesse nesse período pois ainda não foi feito o cronograma, mas que é esse o prazo que estamos pleiteando para finalizar e enviar para o executivo. Isabela indica que agora será a revisão da comissão eleitoral da recomendação da FGM, que se tem os indicativos sobre o processo eleitoral e que vem no segundo semestre. Em seguida Etenoel salienta que se teve uma primeira reunião com a comissão formada mas acabou descobrindo que aquela comissão, poderia ter problemas pela sua formação, e aí foi feita uma consulta com o jurídico e trouxeram uma resposta sobre isso. Ressalta que os principais questionamentos foram: se os membros da comissão poderiam sair candidatos também nas próximas eleições, ressaltando que membros que estão no conselho que já participaram e já estiveram com 2 mandatos, mesmo sendo suplentes nos dois, e que não sendo apenas conselheiro titular; poderia ser reconduzido a um novo mandato. Ressalta que o regimento é bem claro sobre quem tem dois mandatos e que não pode participar de um terceiro consecutivamente. Indica então que, infelizmente quem está na comissão como Pam, Jau e Ivan Almeida já tem dois, e ele Etenoel, não poderia participar porque pretende participar da nova eleição e eticamente é complexo tomar decisões sobre pessoas, que estão concorrendo com ele. Portanto afirma que precisa eleger uma nova comissão pra seguirmos, e quem pode seguir é Cristina Maria Alves de Jesus Alves, em seguida pergunta se ela não tem interesse em participar. Salienta que eles podem ficar mas não podem participar como candidatos na eleição. Logo após essa fala a Cristina Alves diz que tem interesse em continuar, e vai se dedicar na comissão. Etenoel conclui que então sairá ele e Cris e ficarão se assim desejarem, Pama, Jau e Ivan. Isabela lembra para estarem atentos a isso porque quem vai abrir o processo eleitoral e quem está no segundo mandato, não poderá cumprir o terceiro mandato, independente se foi suplente uma vez e titular não importa, duas vezes no conselho não pode ser reconduzido. Afirma que quem não poderá ser reconduzido e tem interesse em contribuir para comissão eleitoral faça isso, porque Nenel e Cris estão se retirando pois tem interesse em permanecer cumprindo um segundo mandato aqui no conselho. Etenoel afirma que não tem muito trabalho, a gente vai analisar o regimento ou rendimento da outra eleição, pontuar umas coisas, trazer o que é positivo e negativo, conversamos enquanto colegiado que seria interessante ter um membro fiscalizador da sociedade civil participando, pra dar legitimidade ao processo, e se a Katia tenha vontade de participar junto com a gente dessa comissão pra gente poder legitimar o processo e acelerar as coisas. Em seguida Katia em seguida fala em nome da equipe de consultoria e que estão a disposição para contribuir com vocês. Mas não participará como sociedade civil. Logo em seguida Etenoel pergunta se Pama e Ivan gostariam de ficar na comissão e que falta saber de Jau, que não está presente e se deseja continuar. Ressalta que precisa de mais duas pessoas e pergunta quem gostaria de participar dessa comissão. Traz a informação de que a questão é que tem uma falta de membros da sociedade civil e pergunta quem poderia se colocar a disposição da comissão para ajudar. Informa que no regimento, essa comissão deve ser de número ímpar de 3 a 5 e se Jau

permanecer, temos 3 pessoas. Ivan indica que ideal é ter mais uma pessoa aqui hoje, porque não sabem o parecer de Jau, se permanecerá ou não na comissão, por isso é melhor adiantar o processo que a eleição está na porta e afirma que precisa de pessoas ativas. Logo após a fala de Etenoel, Isabela pergunta se alguém do poder público quer compor a comissão eleitoral e salienta que é importante encerrar isso hoje. Fernando Guerreiro então indica Paulo Hermida. Etenoel ressalta que o conselho foi formado por Paulo Ivan e Jau. Caso permaneça com ajuda de Katia, Carol e Luana. Foi salientado que Iza Trigo pediu desligamento do conselho. Seguindo, Cacau Novaes apresentou Rodrigo e Conceição como Membros da biblioteca Comunitária. Isabela salientou a presença de duas pessoas da sociedade civil, uma aluna Jezebel e Poliana Bicalho, e Leandro de Paula (professor da UFBA). Na comunicação, Etenoel sinaliza que Eliade e Joeli querem fazer uma contribuição. Em seguida, Edson Nascimento de Pau Da Lima fez uma reclamação e protestou, que o território de Pau da Lima foi aprovado e depois ficou de fora do edital. Viviane ressalta, que não houve prejuízo no resultado final. Em seguida, Etenoel explica que todo edital é acompanhado por um conselheiro, e a fundação sempre está a disposição para responder a dúvidas. Viviane lembra que o edital Arte Todo Dia teve um recorte territorial (10 territórios) e todos os proponentes selecionados ou não tem direito ao acesso aos pareceres, quem não foi selecionado pode pedir por email o parecer sobre a proposta. Isabela Silveira salienta que Rebeca deixou a FGM e quem está dando esse suporte é Marília Galvão. Ainda em sua fala, Isabela Silveira registra a presença de Pam que é a presidente atual Conselho Estadual de cultura e anuncia a palestra de Jose Márcio Barros (professor e doutor de BH) para falar sobre conselho e participação social. Então segue a comunicação de José Barros. Ele agradece a Fundação Gregório de Mattos, a Viviane e pede reflexões a questões fundamentais, dando continuidade ao plano municipal de cultural e os próximos passos, ele afirma que é um plano que não se transforma em lei. Em sua colocação, José explica, que o plano municipal de cultura assim como a área da saúde e da educação faz, caso não se cumprir as metas, tem como arguir a realização e cumprimento dessas metas para que a cultura, possa ser tratada de uma maneira institucional e não como alguma coisa que pode acontecer e não precisa acontecer. José Barros diz que o plano municipal de cultura, interessa tanto a quem ingere a política cultural da sociedade civil ao lado na luta de outra forma de olhar para cultura, quanto a própria sociedade, não só os artistas mas toda sociedade. Sem plano municipal de cultura é difícil de falar de direitos culturais, porque hoje no Brasil nossa Constituição, a maneira de instruir e desenvolver políticas públicas de cultura é por meio de uma organização sistêmica, que de 10 em 10 anos e temos que construir prioridades, o que precisa ser feito. Diz que está feliz por estar participando nessa primeira etapa de finalização do plano municipal de cultura de Salvador, e considera que tenha pessoas tão queridas. Momento tão importante do conselho se renovar. Se diz honrado pelo convite. Informa que o que ele traz já diz um pouco do que ele pensa: participar de um conselho é deixar sua marca como cidadão na história de

uma cidade, é uma oportunidade de exercer direito como cidadão, acompanhamento, deliberação e vigilância como a coisa pública se desenvolve numa sociedade. É formado em ciências sociais na PUC e Professor de mestrado e doutorado da UFBA, integrou o conselho municipal e estadual do patrimônio como conselheiro, ainda aconselhou a construção de um curso de formação e foi conselheiro de políticas culturais em Minas. Explana a sua satisfação de coordenar esse grupo de pesquisa de uma organização não governamental, e que trabalha sempre com essa articulação do campo acadêmico, do campo institucional público e a realidade sócio cultural, e o seu foco é sempre pensar na diversidade cultural e a participação social como foco de atuação. Ele propõe algumas reflexões: Primeiro porque que nós precisamos de conceitos? E ainda, porque não basta pensar no conselho municipal de cultura só do ponto de vista prático?! Ainda nos questionamentos reflete: Porque senão, corre o risco de olhar pra uma coisa e ver outra. Exemplifica trazendo um exemplo da ideia de um colega que foi do ministério da cultura, que ele fala o seguinte: sem clareza o que seja participação, nós corremos o risco de nos contentarmos com ações que tem aparência de participações, mas que na verdade podem ser formas de cooptação, liderança, ou práticas de desresponsabilização do ou instrumentos de manipulação do estado. Ele ressalta que um cientista político que publicou um dicionário político e com a ajuda do Bernardo, pois ele foi ver o que é manipulação no campo da política, e afirma que é a relação em que A determina um certo comportamento de B, sem que ao mesmo tempo A solicite abertamente esse comportamento a B salienta que podemos ser manipulados pelo colega, pelo órgão gestor, pela opinião pública, e conclui que um conselheiro tem que saber discernir o que é participação e o que é manipulação. Ainda na sua comunicação, informa que o que é participação por representação (pois aqui existem dois tipos que é representação setorial e territorial), responde que é ação coletiva de atores sociais que pode ser indivíduos, grupos, ou comunidades, ou movimentos sociais com o objetivo de influir nas decisões governamentais através da representação direta de interesses materiais e ideais em instâncias deliberativas do poder público. Informa que já a participação direta que é a prática da participação como complemento e alternativa a representação política indireta (deu exemplo dos conselheiros). Conta que houve um momento em que esse plano se abriu para participação direta do cidadão de Salvador, tecendo suas considerações sobre as metas do plano, sem precisar de um representante. Afirma ainda que as decisões ganham maior validade e assertividade, quando são emanadas de um consenso que é obtido através do debate ou do voto, e quem participa desse consenso são os atores sociais que são afetados por essas mesmas normas que estão em discussão. Ressalta que no Brasil, temos então os dois modelos. Salienta que Conselhos são instâncias fundamentais de participação social, nas deliberações que afetam a vida de todos, porém existem outros mecanismos como audiência pública, orçamento participativo, consultas públicas etc. Modelos democráticos precisam dos notáveis e do assessor simples, ou seja, de quem fala cinco línguas à quem fala apenas a própria língua. Continua sua fala e afirma que Conselhos

corporativos são os que representam determinados interesses econômicos, e que toda empresa pública tem um conselho corporativo que é uma fora da elite ganhar muito dinheiro. Ressalta que outra questão, é lembrar de todas atribuições que os conselhos de participação e representação social tem que está nas normas de quem regem este conselho. Afirma que suas funções são deliberar, decidir, ser consultivo, normativo (de criar normas), propositivo de fazer proposições com o executivo, orientador, além da função de fiscalização. Enfatiza que o modelo ideal de um conselho é primeiro ser deliberativo e segundo ser construído na prática da paridade com representantes equilibrados da sociedade civil quanto do poder público, tanto de diversos setores que compõe a cultura. E finalmente em terceiro; que articulem representação por territorialidade com representação por setorialidade. Solicita que depois, os conselhos que tenham compromisso com a transparência como essa sessão de hoje aberta a quem quiser, gere uma Ata que seja publicada e tornada pública, que preste contas a sociedade, e que tenham o compromisso com a equidade que é diferente de igualdade, indica na sua fala que é você tratar com igualdade os diferentes. Outro ponto que José Barros toca é que todo conselheiro deve ter consciência histórica do lugar que está ocupando, e estão pela competência, pois em sua experiência, os conselhos são uma realidade recente no Brasil, foi a partir da constituição de 1988 que nos garantiu o direito de participar. Informa que nos últimos 30 anos se teve uma ampliação da forma de participação política do cidadão, evolução nos modelos de consulta e planejamento de política pública em decorrência do processo de democratização do país. Ainda afirma que este processo, criou modelos de participação, instituiu a presença mediadora de instâncias institucionalizadas de participação direta, que fez surgir novos atores políticos, um desafio inédito para o exercício de poder da gestão pública. Comunica que a partir de 1988 os municípios adquiriram maior autonomia de sua política em áreas setoriais, a constituição previu a regionalização dos serviços, na área da saúde e da educação, na área da cultura não, e que se espera que chegue lá. Explica que antes de 88 eram poucos conselhos e não existia o modelo democrático e que são vários conselhos na qual tem a atribuição de decidir onde colocar o dinheiro público e suas prioridades. Sienta que a reformulação também de antigos modelos que eram centralizadores autoritários, e afirma que é essa política de você ir lá e bater à porta do secretário e ficar pedindo favores, e indica que a Política de edital é uma política de democratização de acesso ao bem público. Informa que partir dos anos 90 como consequência disso o processo se intensifica, aparecem as primeiras experiências de orçamentos participativos, e ressalta que o conjunto de forma de consultar e deliberar o processo de tomada de decisão sobre bens de políticas públicas prioridades orçamentárias crescem de forma expressiva. Informa que os conselhos existem desde 1930, que é a partir da redemocratização do país que consolida com a constituição de 88 é que os conselhos e outras formas de participação social tornam efetivo o modelo participativo. Ainda na sua explicação, afirma que a partir de 2002 teve um “boom” disso, e 2/3 das conferências



nacionais são instrumentos de participação social. Explica que isso é para todos terem ideia da importância e como nós temos que lutar por ele, defendê-lo, salienta que o que está acontecendo no Brasil hoje a nível federal, é de tentar nos convencer do contrário dizendo que a democracia é cara, lenta e pouco eficaz, é isso que hoje no Brasil a nível federal estão tentando nos convencer, e então afirma que conta outra por que isso já vivemos na Ditadura, época histórica em que a participação social era limitada. Indica que os modelos de gestão vão se expandir a nível social. Deixarei com Viviane para passar pra vocês um modelo de linha cronológica contando como era nos anos 30, 60, 70 etc, o ano em que surgem os conselhos estaduais de cultura. Em sua fala informa que nos anos de 2014 tivemos um decreto presidencial que instituía a política nacional de participação social mas que foi lançado e foi derrubado pelo congresso com a negação de que esse sistema substituíra aquilo que é atribuição do legislativo realizar, salienta que isso foi um grande embate no segundo governo da presidente Dilma. Ressalta que em 2019 estamos vivendo esse momento que o decreto 9759 que o atual presidente da república pretendeu extinguir e estabelecer diretrizes para todos os conselhos ligados a políticas federais, alegando que esses conselhos eram muito grandes, articulados partidariamente. Comunica que Supremo Tribunal Federal julgou os recursos que foram encaminhados e definiu que todos os Conselhos Federais criados por lei, só podem ser extintos ou alterados por lei, conclui portanto que não é na canetada do presidente, mas que porem, apesar do decreto ter sido barrado, as iniciativas continuam, e cita o exemplo do decreto 9806 em que diminuiu o número de membros e representantes da sociedade civil no conselho nacional do meio ambiente, um conselho que é fundamental nesse país. Ainda na sua fala, informa que o decreto 9893 está diminuindo o conselho nacional dos direitos da pessoa idosa, desconstituindo reduzindo os integrantes e colocando uma coisa interessante que é um número de 3 representantes da sociedade civil e 3 do poder público e quem dá o voto é o poder público, e esse conselho gere uma bagatela de 4 ou 5 milhões de reais para serem aplicados em políticas para pessoas idosas. Comunica que o plano nacional do livro e da leitura foi extinto e o conselho diretivo foi diminuído. Verbaliza que está querendo chamar atenção com isso pois se está vivendo um momento delicado na política Brasileira, e os Conselhos Municipais de Cultura, tal qual os Estaduais, têm um papel de resistência muito grande e afirma que nós, que trabalhamos com Conselho, temos que demonstrar que isso não é um clube de amigos, que isso é trabalho e visa o bem estar de todos, da sociedade. Indica que é preciso ter clareza sobre isso pois estamos numa onda conservadora em relação a participação social. Informa que o quadro feito pelo instituto de pesquisa o PEIA, mostra o número dos conselhos nacionais ao longo dos anos 2011 a 2016 e que os Conselhos crescem, na medida que cresce a democratização do país. Salienta mais uma vez em sua fala, que o Conselho é o instrumento fundamental do País. Afirma que existem porcentagens onde estão ligados e informa que o Ministério do Conselho e da Cidadania existem e que existem 12 Conselhos Federais ligados a ele. O Ministério do Trabalho, tem

6, e que o MINC extinto, tem o CNPC; apenas um ligado a ele. José Barros, indica um dado de número de colegiado, segundo a paridade de sua composição, afirma que mais da metade dos conselhos nacionais são da sociedade civil 55%, 30% é equânime e que 15% do poder público, tem participação. Indica que esse dado, está de 2014 o IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e estatística uma órgão fundamental para analisar essa realidade das pesquisas, aqui sinaliza o número de municípios e O Brasil tem 5560 municípios e 2151 tem conselhos municipais de cultura. Informa que nos dados da Bahia, de 417 municípios 170 tem Conselhos Municipais de Cultura, 120 são totalitários, 2 tem maior participação da sociedade civil, 130 são deliberativos e por aí vai. Ressalta o quanto temos que ainda avançar demonstra que 35% tem Conselho Municipal e afirma que isso ainda é pouco e tem que subir. Recapitula sua comunicação e explica que, na primeira parte da sua fala convidou todos a pensar que é preciso ter clareza conceitual, ética, filosófica, daquilo que é participação social. E na segunda parte tentou passar para todos que existe uma história da construção da participação social, dos conselhos no Brasil e os riscos que estamos passando na atualidade. E na última parte provoca a que quer tirar o sono de vocês respeitosamente com a conclusão de que primeiro, o que significa ser um conselheiro de cultura, ter a possibilidade concreta de participar da história da construção de ações e mais permanente e democrática da sociedade. Afirma que ação de resistência ao conservadorismo e ao autoritarismo tem que ser lembrado isso. Salienta que democracia é o sistema dinâmico e exige do cidadão uma atenção contínua e que ser conselheiro é contribuir para democracia. Enfatiza que as competências do Conselheiro tem que ter competência na compreensão e na atuação das relações entre representação setorial, territorial e institucional. Explica em sua fala, que no Conselho as representações da Instituição tem responsabilidades tanto quanto conselheiro da sociedade civil. Afirma que entre eles, passa também pelo conselho competências como; Proteger e promover a Cultura, a memória, desenvolver economia criativa para o desenvolvimento da cidade, construir sistemas planos de cultura, marcos centros regulatórios de Cultura, informações culturais, ou seja conclui que o Conselheiro tem que saber navegar por tudo isso aí. Informa que a efetividade portanto do Conselho como órgão colegiado, tem caráter, deliberativo, consultivo, normativo, fiscalizador e que está vinculado ao poder executivo da prefeitura. Informa que tem o poder de controle como característica e ressalta que o controle não é subjugar o executivo explica que é o conceito de controle social que faz parte com o modelo de democracia. Afirma que vivemos numa democracia com pacto Federativo, e salienta que a Cultura é um direito e portanto tem participação pública, políticas públicas e participativas. Salienta que é preciso de políticas públicas participativas para todos terem direitos e que os gastos orçamentários se estruturam a partir da participação social. Por isso a segunda etapa de discutir o orçamento do plano Municipal é de fundamental importância. Coloca que senão não vai sair do papel. Em seguida conclui que o conselho de Cultura é um dos elementos de consultoria municipal que tem conselho, órgão oficial de cultura, órgão oficial de cultura, plano

de cultura e sistema de informação de indicadores. Que tem equipamentos culturais, programa de capacitação e formação, fundos de cultura e falta Conferência de Cultura. Salaria ainda, que o desafio histórico dos conselhos, é o de participar da formulação e implementação e implantação de Políticas públicas emanantes promovendo e exercício do acesso a bens culturais. E fala que é por isso que vocês estão aqui. Explica que se o conselho é uma peça fundamental, precisamos saber que temos que ter compromisso com tudo isso e que é um modo democrático de pensar e fazer política pública. Comunica que na legislação Brasileira, o Município e o Estado, tem autonomia de definir a forma como é construída os conselhos de Políticas Culturais. Ressalta que o Município tem autonomia de definir suas deliberações de participação social. Exemplifica o Rio Branco, que definiu o seu modelo. E pergunta como avaliar a participação do Conselho. Pergunta se avaliar a ação desse conselho tá sendo viável e se o perfil dos participantes e as relações deles com a sociedade civil em diferentes setores e diferentes linguagem, tem boas relações. Salaria que a função é pública aqui. Lembra de como ocorreu aqui na pergunta sobre o edital e que é legítimo. Informa que o que se discute são questões estruturantes. E traz a reflexão de qual o poder do Conselho, em incluir aquilo que o órgão faz, qual a dinâmica do conselho, os horários. Os horários de reuniões e a condições de favorecimentos ou dificuldade para a participação popular. Afirma que um bom conselho tem que ter uma linguagem humana. José diz que um conselheiro tem que ter informação e conhecimento e se não, deve solicitar a informação para tal conhecimento. Traz o exemplo de uma Ucraniana da década de 70 que construiu degraus. E salaria a má participação, diz que a terapia nesse contexto e que é melhor não praticar isso quando delibera a participação de milhões de pessoas e acontece quando está para pacificar alguma situação. O exercício pleno, quando a sociedade civil tem poder delegado e quando o cidadão exerce controle. Então afirma que no estágio em que a política pública de Salvador está; é para refletir. Então lança a pergunta; o que vocês querem como conselheiros, se é participar efetivamente ou só comparecer a reunião. Ressalta se querem famigerar ou apenas repartir. Em seguida finaliza, informando que em Minas falam em fazer papel de "lagartixa". Finaliza sua fala dizendo que para fortalecer o Conselho "a gente não nasce Conselheiro, se torna Conselheiro". Após a palestra de José Barros, Ivan pergunta o que ele sugere para atrair mais a população para as discussões e em seguida, Etenoel pede a fala, para uma contribuição que se refere ao risco de captura desses conselheiros por interesses particulares. Em seguida José Barros responde que a única maneira é lembrar que um Conselho Municipal de Cultura, tem que estar participante de toda a população e que tem que fazer sessões descentralizadas, na mídia etc, que e sabe que dá trabalho mais isso seria ideal. Informa que a divulgação é fundamental e afirma que não aumenta a participação se não divulgar. Ressalta a importância de informar qual é o papel que o conselho tem. Ainda na sua fala, José Carlos ressalta que essas reuniões são importantes para isso e agradece. Em seguida, Viviane agradece a presença do professor José e salaria que foi muito esclarecedora a palestra. Ela explica que a Fundação

circulou em encontros de mobilização pelos 10 territórios no processo eleitoral, conversando com as pessoas falando o que é o conselho. Em seguida José Carlos fala para os conselheiros, que é importante prestar contas do que fizeram durante o mandato e que o afeto é uma forma de agir, principalmente num momento tão difícil que estamos passando. Eliana agradece e salienta em sua fala que o comprometimento de um povo com sua cultura, determina o grau de civilidade de seu país e gera um círculo rico de participação, de comprometimento dos poderes públicos e maior investimento do empresariado e do comprometimento de todas as camadas sociais. E o círculo da riqueza cultural que alimenta a riqueza cultural. Em seguida, Etenoel afirma, que ainda somos jovens enquanto conselho e por isso pede orientação a José Barros. Seguindo José fala, que a forma de se fortalecer é se organizar em redes, criando fóruns de conselhos municipais de cultura. Katia fala que independente da nossa participação partidária ,estamos para desenvolver uma politica que seja de continuidade e não de governo e fala a importância de se compreenda isso. Então José Barros afirma que muita gente acha que democracia é quando se pensa igual e age igual . A democracia é uma forma de resolvermos as nossas diferenças para que elas não se transformem em desigualdades e que é para isso que serve a democracia, para sobrevivermos nas nossas diferenças que um conselho está em escutar uns aos outros que é dar voz.Etenoel ressalta, que começamos a evoluir agora, pois agora começamos a entender nosso papel enquanto conselheiros. Continua a sua fala salienta que o professor vem e fortalece o nosso papel e assim se percebe ainda mais a importância do Conselheiro. Salienta que não é assinar pauta e ir embora. Em seguida, agradece a José e pergunta se alguém mais gostaria de falar. Isabela agradece e lembra que estamos perto do final do mandato, e o momento de agora é de articular para se cadastrarem e as pessoas estarem perto, um plano é de 10 anos e que é importante que tenhamos uma comissão agora para que as pessoas da sociedade civil possa se aproximar. Em seguida Etenoel informa, que a Presidente do Conselho Estadual estava presente em parte da reunião, e afirma que isso mostra a possibilidade de redes e indica que temos representantes da secretaria de Cultura, de Educação, a SEFAZ, SEMGE, SALTUR ,Fundação Mario Leal, e que se precisa de aproximação. Isabela fala que as reuniões são abertas e solicita que tragam mais pessoas para estarem nas próximas reuniões. Sem mais da pauta a ser discutida, lavrou-se a presente Ata, que será assinada por mim e pelos demais membros presentes do Conselho Municipal de Política Cultural de Salvador, com mandato entre dezembro de 2017 e dezembro de 2019. Então finaliza, encerrando a 40º Reunião extraordinária de Políticas Culturais do Conselho.

Salvador, 30 de julho de 2019.

1. _____
2. _____

3. _____
4. _____
5. _____
6. _____
7. _____
8. _____
9. _____
10. _____
11. _____
12. _____
13. _____
14. _____
15. _____
16. _____
17. _____
18. _____
19. _____
20. _____

21. _____

22. _____

23. _____

24. _____

25. _____

26. _____

27. _____

28. _____

29. _____

30. _____

31. _____

32. _____

33. _____

34. _____

35. _____

36. _____

37. _____

38. _____
